
ENTRAVES E DESAFIOS

À SUSTENTABILIDADE

DOS EMPREENDIMENTOS

SOLIDÁRIOS NA REGIÃO

DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO*

Kleber Ávila Ribeiro, Luis Henrique Felipe Santos de Oliveira

Resumo: este artigo tem por objetivo analisar as condições da Associação de Pescadores do Serrote do Urubu no município de Petrolina - PE, verificando quais os principais desafios e obstáculos enfrentados quando da sua implantação até os dias atuais, levando a uma reflexão acerca dos caminhos a serem trilhados para alcançar uma gestão sustentável. Para elaboração do presente trabalho foram aplicados questionários estruturados junto aos associados, com intuito de identificar o perfil do público alvo e do empreendimento em estudo. A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2015, foram entrevistados 50 pescadores dentre 100 associados, que apresentaram idade média de 40 anos, dos quais apenas 20,0% vivem exclusivamente piscicultura em tanques-rede, e possui renda média de 2,5 salários mínimos. 60,0% tem apenas o 1º grau completo. Concluiu-se que a realidade da associação é recorrente a maioria dos empreendimentos de Economia Solidária, problemas inerentes à própria atividade (piscicultura): dificuldade de acesso às linhas crédito tradicionais para aquisição de máquinas equipamentos, ausência de assistência técnica institucional, dificuldade de inserção dos produtos oriundos da atividade em outros mercados ou em redes de solidariedade, falta de apoio de órgãos governamentais e de instituições de pesquisa para elaboração e agregação de valor ao produto oriundo da piscicultura.

Palavras-chave: Associação. Desafios. Envolvimento e Sociedade.

ENTRIES AND CHALLENGES TO THE SUSTAINABILITY OF SOLIDARITY IN THE SÃO FRANCISCO SUBMEDIO REGION

Abstract: this article aims to analyze the conditions of the Serrote do Urubu Fishermen's Association in the municipality of Petrolina - PE, verifying the main challenges and obstacles faced when they are implemented until the present day, leading to a reflection about the paths to be tackled With a view to sustainable management. For the elaboration of the present study, structured questionnaires

were applied to the associates, in order to identify the profile of the target public and the study under study. The research was carried out between August and October 2015, 50 fishermen were interviewed among 100 associates, who presented a mean age of 40 years, of which only 20.0% live exclusively in fish ponds, and has an average income of 2.5 minimum wages. 60.0% have only completed 1st grade. It was concluded that the reality of the association is recurrent most of the enterprises of Solidary Economy, problems inherent in the activity itself (fish farming): difficulty in accessing traditional credit lines for the acquisition of equipment, absence of institutional technical assistance, difficulty in Products from the activity in other markets or solidarity networks, lack of support from government agencies and research institutions for the elaboration and adding value to the product coming from fish farming.

Keywords: Association. Challenges. Involvement and Society.

INSCRIPCIONES Y DESAFÍOS PARA LA SOSTENIBILIDAD DE SOLIDARIDAD EN LA REGIÓN SAN FRANCISCO SUBMEDIUM

Resumen: este artículo tiene como objetivo analizar las condiciones de Urubu Asociación de sierra para metales pescadores en la ciudad de Petrolina - PE, comprobar cuáles son los principales retos que se presentan y obstáculos en su implementación hasta la actualidad, lo que lleva a una reflexión sobre las maneras de ir con miras a la gestión sostenible. Para la preparación de este trabajo cuestionarios estructurados se aplicaron con los asociados, con el fin de identificar el perfil del público objetivo y el proyecto en estudio. La encuesta se realizó entre agosto y octubre de 2015, se entrevistó a 50 pescadores de 100 miembros, con una edad media de 40 años, de los cuales sólo el 20,0% vive la agricultura exclusivamente de peces en jaulas, y tiene un ingreso promedio 2.5 salarios mínimos. 60,0% tiene sólo un 1 grado completo. Se concluyó que la realidad de la asociación se repite la mayoría de las empresas de Economía Solidaria, problemas inherentes a la actividad (acuicultura): la dificultad de acceso a líneas de crédito tradicionales para la compra de equipos de maquinaria, falta de asistencia técnica institucional, dificultades para la inserción de productos de la actividad en otros mercados o redes de solidaridad, la falta de apoyo de los organismos gubernamentales e instituciones de investigación para el desarrollo y la adición de valor al producto derivado de la piscicultura.

Palabras clave: Asociación. Retos. La participación y la Sociedad.

No início da década de 90, as profundas mudanças ocorridas na economia brasileira, decorrentes do processo de abertura comercial iniciado durante o Governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), e concluída nos Governos de Itamar Franco (1992 – 1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), respectivamente. Durante este período, as políticas macroeconômicas adotadas e a globalização financeira levaram ao acirramento dos mercados com impactos diretos no mercado formal de trabalho, levando à precarização das relações trabalhistas resultando em níveis alarmantes de desemprego. Ante a esta conjuntura, de crescimento da pobreza e exclusão social, que surgem os traços construtivos de solidariedade, cooperativismo, mutualismo e autogestão comunitária. A resposta a essa necessidade de trabalho e renda se deu através da economia solidária, iniciativa esta capaz de modificar o tecido social local, visto que abrange uma significativa parcela da população que anteriormente encontrava-se submetida (sem opções) às crises conjunturais.

As primeiras iniciativas de trabalho de cunho associativo surgiram na Europa Ocidental em meados do século XIX, na cidade inglesa de Rochdale, com o “[...] intuito de

reduzir o custo e melhorar a qualidade dos alimentos que consumiam, pois àquela época a comida comercializada costumava estar deteriorada [...]” (SOUZA; CUNHA; DAKU-ZAKU, 2003, p. 36).

No Brasil, especialmente a partir de 1860, as primeiras associações mutualistas começaram a despontar voltadas para alcançarem os mais diversos objetivos coletivos, desde os interesses da elite escravagista da época ao de ex-escravos libertos. Nesta época, toda vez que um grupo de pessoas almejasse constituir uma associação voltada para atender a quaisquer interesses, era obrigatório autorização expressa de autoridade local. A partir de então, era permitido posteriores reuniões, quantas fossem necessárias, para deliberarem sobre elaboração de estatutos e a constituição de associações ou de outras formas cunho associativista propriamente ditas.

[...] muitas associações foram criadas a partir da segunda metade do século XIX, direcionadas para os objetivos mais diversos, agrupando desde integrantes da elite política mais alta do país, preocupada com os destinos da classe senhorial escravista, até simples ex-cativos reunidos em torno do ideal de libertação dos escravos pela compra de alforrias (JESUS, 2007, p. 145).

No final do século XX, a partir da década de 1990, o Brasil atravessava crise de ordem econômica e político institucional acarretando em profundas mudanças estruturais na sociedade brasileira. O impacto da crise social ampliou-se em razão de diversos fatores, a saber: abertura econômica; reestruturação da cadeia produtiva e o processo da globalização que propiciou a entrada de mão de obra especializada mais competitiva vinda de outros países (causando assim uma troca da mão de obra brasileira por estrangeira); da abertura comercial que agravou ainda mais a situação com o fechamento de inúmeras fábricas; e do processo de terceirização e crescente privatização.

O mercado formal de trabalho no Brasil, enfraquecido pelas crises institucionais internas, motivadas pelas crises no cenário internacional, que se sucederam ao longo da década de 1980, teve seu quadro agravado ainda mais no início dos anos 90, com o advento da abertura comercial promovida pelo Governo Collor (1990 – 1992). O processo de abertura provocou profundas mudanças estruturais no País motivado pela convergência de fatores, com destaque: i) o fenômeno da globalização da economia, que levou ao acirramento dos mercados e aumento da concorrência; ii) a reestruturação da cadeia produtiva nacional, com vistas a tornar competitiva a indústria nacional frente a concorrência estrangeira; e iii) a revolução tecnológica levaram à extinção de inúmeros postos formais no mercado de trabalho, criando uma superpopulação de trabalhadores desnecessários ao processo de acumulação capitalista, contribuindo, ainda mais, para o agravamento da precarização de relações de trabalho (RIBEIRO, 2016, p. 55).

Pode-se constatar que o principal elemento catalisador que estimulou a criação de empreendimentos solidários foi o desemprego, marcado pelo capitalismo pós-industrial e o desenvolvimento tecnológico que fez com que houvesse redução dos custos de produção, através de aquisições de máquinas para substituir o trabalhador formal. No entanto, a relação de melhoria de produtividade das organizações econômicas era proporcional a dispensa de mão de obra.

Face a esse contexto, muitos trabalhadores que perderam seus postos formais no mercado de trabalho, começaram a avaliar outros meios de sobrevivência que não fossem dependentes de um patrão que os assalariassem, o qual representa o objetivo da economia

solidária, através da criação de organizações coletivas de trabalho a fim de diminuir o desemprego; fazer resistência à crise no mercado formal de trabalho e promover a redução do número de pessoas que encontram-se na situação de vulnerabilidade social, além de oferecer alternativa ao modelo capitalista de produção.

Dentro dessa perspectiva, a realidade vivenciada pelos ribeirinhos que constituem a Associação de Pescadores do Serrote do Urubu na cidade de Petrolina – PE retrata uma série de desafios e situações que vão além da interioridade de sua organização. A procura por uma estratégia de subsistência elegeu a pesca assistida por meio de tanques de piscicultura no rio São Francisco como principal atividade da comunidade do Serrote do Urubu no município de Petrolina – PE, confinando tilápias para engorda, abate e comercialização.

A comunidade, onde encontra-se a referida associação, também possui atividades complementares que buscam compor a renda das famílias envolvidas no processo, como a horta comunitária e criação de aves. O ponto de partida para o desenvolvimento das atividades foi a doação de alevinos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e da Paraíba – CODEVASF.

No entanto, durante a pesquisa de campo constatou-se que as atividades desenvolvidas demandam de um aporte significativo de recursos financeiros, os quais devem destinar-se à aquisição de máquinas e equipamentos, melhoria da infraestrutura e logística para desenvolver a atividade propriamente dita, e acompanhamento técnico especializado para o desenvolvimento de uma gestão eficiente capaz de promover com resultados sustentáveis, fundamentado nos princípios da solidariedade e da autogestão visando o desenvolvimento social de seus associados e da comunidade onde encontra-se inserida. Inseridos num contexto de formação da associação, os ribeirinhos que fazem parte da associação buscam apoio de órgãos oficiais, os quais demonstram pouco interesse em ajudá-los em desenvolver a piscicultura. Tal comportamento se mostra um contrassenso visto que, no Brasil, este tipo de atividade pesqueira, revela-se viável financeiramente desde que desenvolvida de forma adequada. Comumente, a Associação de Pescadores do Serrote do Urubu enfrenta dificuldades tais como: gestão desqualificada, produção e manejo realizado de forma artesanal e com baixa produtividade.

Face o exposto, o presente artigo tem por objetivo responder aos seguintes problemas: i) identificar eventuais gargalos com os quais se depara a associação de pescadores que podem comprometer sua sustentabilidade; e ii) de que forma a piscicultura pode promover geração de trabalho e renda para seus associados e o desenvolvimento da comunidade do Serrote do Urubu.

O trabalho apresenta relevante contribuição no campo da pesquisa, sobretudo, ao abordar as estratégias de sobrevivências no contexto de uma organização autogestionária fundada nas bases da economia solidária, que justifique e ofereça alternativas de desenvolvimento social para as comunidades locais.

O TERRITÓRIO: MUNICÍPIO DE PETROLINA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Distante 712 km a oeste de Recife, capital do Estado de Pernambuco, pertencente à Mesorregião do São Francisco Pernambucano e à Microrregião Geográfica de Petro-

lina, conforme apresentado nas figuras 2 e 3, o município de Petrolina (figura 1), tem a totalidade de seu território localizada dentro do semiárido nordestino. Em conjunto com Juazeiro no Estado da Bahia pertencem à região integrada de desenvolvimento econômico (RIDE). A extensão territorial do referido município possui uma área de 4.558,4 km², uma população estimada de 319.893 habitantes e uma densidade populacional de 64,44 hab/km², IDHM de 0,697 e é detentor de um PIB de 2.971.554¹ (IBGE, 2010).



Figura 1: Cidade de Petrolina – PE
Fonte: Prefeitura de Petrolina (2015).

No cenário nacional, destaca-se na atividade vitivinícola, representando 15% do mercado nacional da produção de vinhos, e na fruticultura irrigada, onde é considerado um dos maiores produtores de frutas do País, com destaque na produção de manga e uva para atender aos mercados interno e externo. Segundo Arcoverde (2009, p. 6) “Além do vinho, a região contempla a maior produção de frutas do País, sendo responsável por 30% das exportações brasileiras do setor”. A região ainda dispõe de indústrias, comércio e agricultura em geral que detém as mesmas características de toda mesorregião onde encontra-se inserida.

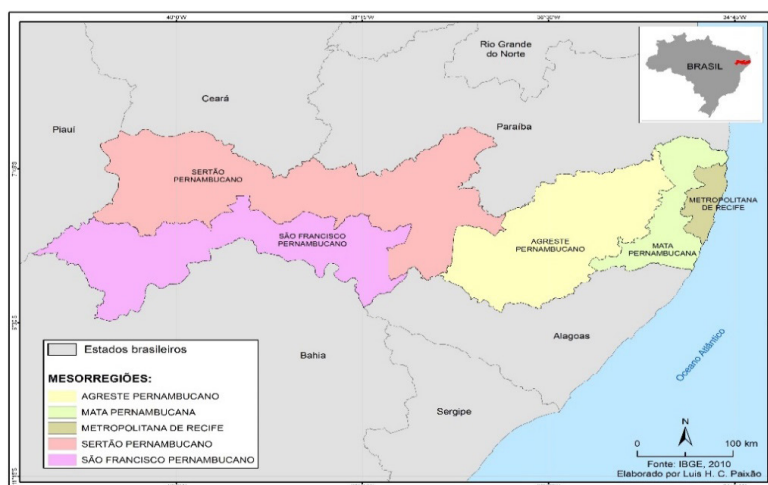


Figura 2: Mesorregiões do Estado de Pernambuco
Fonte: IBGE (2012).
Nota: Elaborado por Paixão (2015).



Figura 3: Município de Petrolina e microrregiões do Estado de Pernambuco

Fonte: IBGE (2012).

Nota: Elaborado por Paixão (2015).

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa tem por objetivo encontrar respostas para os questionamentos que a nortearam, apresenta caráter científico, exploratório e de descrição combinada voltada para descrever, de forma metodológica, determinado fenômeno através de análises empíricas e teóricas.

O aspecto descritivo busca expor de forma minuciosa alguns obstáculos e desafios com os quais se deparam a Associação de Pescadores do Serrote do Urubu em Petrolina – PE e seus associados.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. “Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61).

Para elaboração da pesquisa, utilizou-se uma amostra equivalente à 50,0% em universo de 100 associados que fazem parte do quadro social da referida associação. A escolha foi aleatória simples a fim de evitar distorções no procedimento estatístico. Segundo Rodrigues (2006, p. 92): “[...] as técnicas são procedimentos que operacionalizam os métodos. Para todo método de pesquisa, podem ser utilizados uma ou mais técnicas, que estão relacionadas com a coleta de dados[...]”. Sendo assim, a técnica de observação utilizada será direta, na qual o observador está presente e monitora as ações sendo percebido pelo sujeito da pesquisa.

Para a pesquisa de campo utilizou-se a técnica de apuração de dados através da entrevista estruturada com formulário. As perguntas foram organizadas em um roteiro com perguntas acerca da faixa etária, nível de escolaridade, renda média, linhas de crédito, assistência técnica, barreiras à diversificação dentre outros.

O método estabelece o que se deve fazer para apurar os dados, consistindo em uma orientação geral para chegar a determinação do fim (RODRIGUES, 2006, p. 159). Sendo assim, o método indutivo será utilizado nessa pesquisa, pois, se presta para apurar os dados e orientar à generalização de casos análogos.

A importância do método é incontestável. Ordenando o esforço mental, o método proporciona segurança: do fazer, do agir e do pensar. Sobretudo, na pesquisa científica permite economia de tempo e ordenamento das etapas de investigação (RODRIGUES, 2006, p. 132).

Ademais, o método indutivo estabelece uma base que generaliza propriedades comuns para todas as ocorrências com fatos parecidos, ou seja, através dos dados que serão fornecidos pelos entrevistados e das informações obtidas através da observação, pode-se afirmar que os problemas encontrados na associação, podem existir em qualquer outra organização de qualquer outra cidade do Brasil ou do mundo. Sobre isso, pode-se destacar que a “[...] Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal[...]” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 86).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Associação de Pescadores do Serrote do Urubu desempenha importante função social junto aos seus associados. Ante a situação de precarização das relações de trabalho e desemprego que assola o Brasil, os associados buscaram através da dinamização do empreendimento solidário a que estão vinculados, soluções alternativas para incremento de renda e geração de trabalho.

[...] os empreendimentos solidários constituem-se como uma forma de acesso aos trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses meios, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os integrantes e destinação do excedente anual (SINGER, 2000).

Analisando-se o gráfico 1, quanto à faixa etária, a pesquisa aponta que a maioria dos entrevistados que compõem o quadro social da Associação de Pescadores do Serrote do Urubu, cerca de 50,0%, encontra-se na faixa etária entre 41 e 50 anos; 30,0% dos associados com idade acima dos 50 anos e 20,0% restante na faixa etária entre 30 e 40anos. Durante a pesquisa verificou-se com as entrevistas junto aos associados, que os jovens não se sentem motivados em dar continuidade à piscicultura, alegam que a baixa remuneração, a falta de apoio institucional, a dificuldade para aumentar a produção dentre outros motivos, os levaram a optarem por buscar colocação no mercado formal de trabalho e se qualificarem através de cursos técnicos e de nível superior.

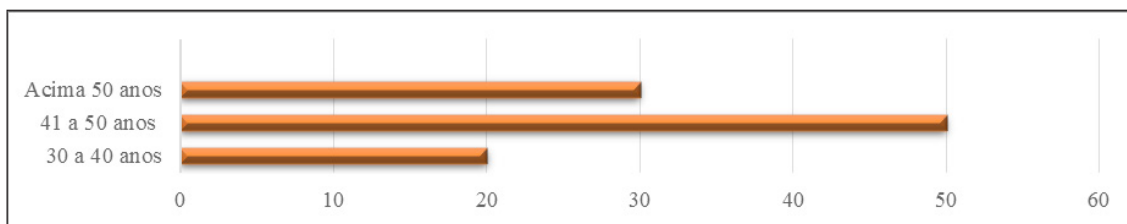


Figura 1: Faixa etária (em valores percentuais)

Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

Pode-se constatar durante pesquisa de campo, conforme demonstra o gráfico 2, que os associados possuem baixo nível de qualificação, a maioria do quadro social (60,0%) possui apenas o 1º. grau completo, 40,0% possui apenas o 2º. grau completo. Nenhum dos associados possui ou encontra-se cursando nenhum curso de ensino superior. A baixa qualificação traz como consequência dificuldades em desenvolver habilidades de comunicação eficientes para lidar com assuntos relativos à gestão do empreendimento do qual fazem parte, negociação e entender as práticas de mercado inerentes à atividade da piscicultura, além de dificultar também a participação em cursos de capacitação destinados a promover a melhoria da atividade de piscicultura. Tais intercorrências constituem-se em obstáculos enfrentados pela associação.

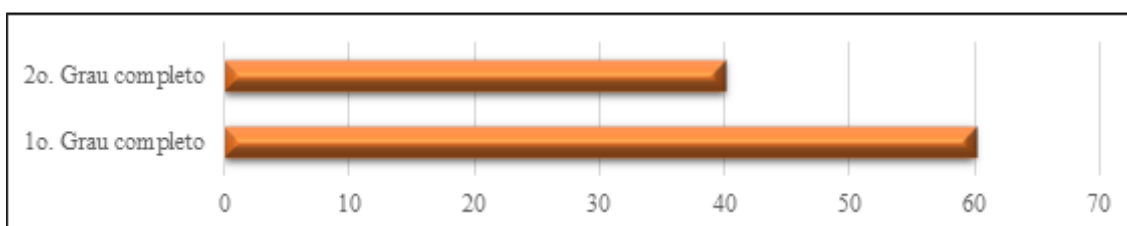


Figura 2: Nível de escolaridade (em valores percentuais)

Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

Desde sua implantação, a Associação de Pescadores do Serrote do Urubu depara-se com inúmeros obstáculos que podem, num cenário de médio e longo prazos, vir comprometer a sustentabilidade do referido empreendimento, com destaque: dificuldades de gestão, de acesso às linhas de crédito e financiamento, a obtenção do selo de inspeção federal e o acesso às novas tecnologias e técnicas que possibilitem a melhoria do sistema de produção. Tais dificuldades terminam por comprometer o incremento na renda de seus associados, fazendo com que busquem outras fontes alternativas de renda (proventos de aposentadoria, serviço público e outras atividades agropecuárias complementares – avicultura e cultivo de hortaliças) para prover o sustento de suas famílias.

De acordo com o exposto no gráfico 3, constatou-se durante pesquisa que o rendimento médio dos associados fica em torno de 2,5 salários mínimos, a maioria (85,0%) obtém ganhos que oscilam entre 1 e 2 salários mínimos, pois se dedicam exclusivamente à piscicultura; o restante dos associados (15,0%) conseguem auferir ganhos que oscilam entre 3 e 4 salários mínimos, ganhos oriundos de outras fontes de rendimento provenientes da agricultura, trabalhos temporários, autônomos, dentre outros que ajudam na composição da renda familiar, conforme demonstra o gráfico 4.

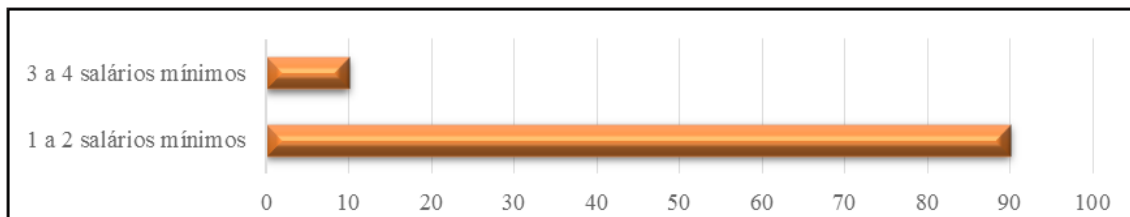


Figura 3: Renda familiar oriunda da piscicultura (em valores percentuais)
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

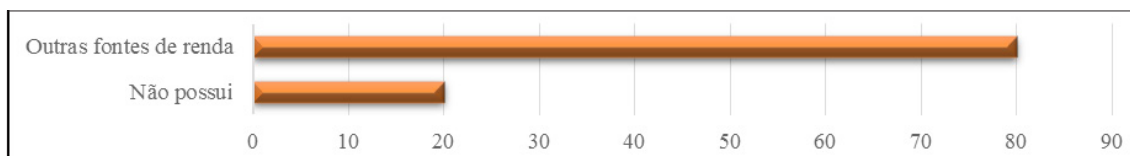


Figura 4: Outras fontes alternativas de renda (em valores percentuais)
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

Como pode ser observado através do gráfico 5, a pesquisa aponta que 60,0% dos entrevistados não manifestaram interesse em contrair qualquer tipo empréstimo ou financiamento, mesmo sabendo da importância que o investimento representa para o desenvolvimento da atividade da piscicultura e que isto pode ser revertido num incremento de renda. O motivo alegado é o receio de tornarem-se inadimplentes, a falta de documentação e a burocracia imposta pelas instituições financeiras para concessão de crédito; 30,0% buscam recursos por conta própria e uma pequena parte dos associados, cerca de 10,0%, fazem uso da associação para acessarem às linhas de crédito em busca de obterem taxas mais atrativas.

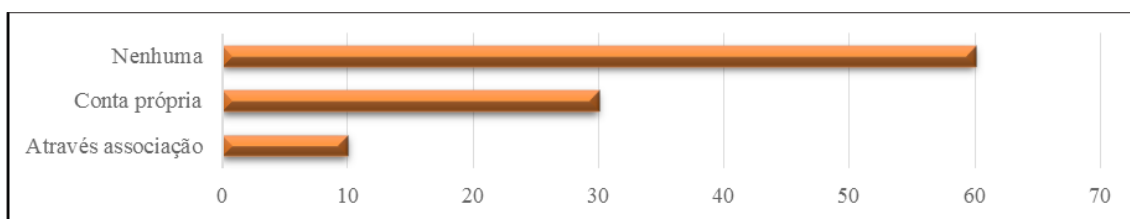


Figura 5: Acesso às linhas de crédito (empréstimo ou financiamento em valores percentuais)
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

De acordo com o gráfico 6, a maioria da produção (90,0%) é distribuída e comercializada por intermédio da Associação de Pescadores do Serrote do Urubu, a venda do pescado é realizada de forma inadequada, fora dos padrões fitossanitários sobre carrinhos de mão ou em bancas de madeira, em feiras livres, restaurantes de pequeno porte e hotéis. A baixa produtividade dificulta que a comercialização consiga adentrar em novos mercados consumidores; 10,0% da produção do pescado é vendida através de terceiros (atravessadores). Dos associados entrevistados, como demonstrado através do gráfico 7, apenas 20,0% deles não contribuem com nenhuma taxa para associação; a maioria dos associados, (80,0%), afirmaram que contribuem mensalmente com a associação.

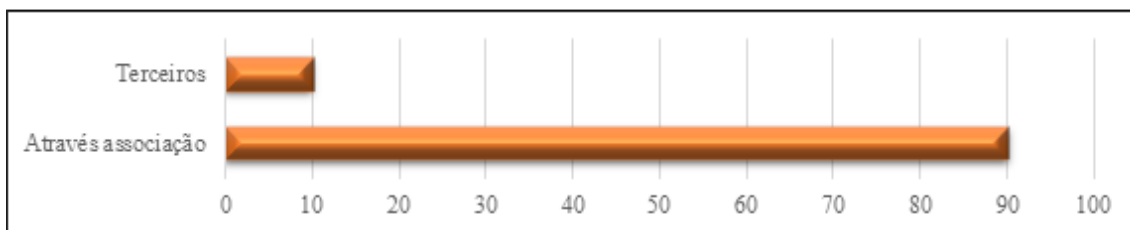


Figura 6: Formas de comercialização da produção (em valores percentuais)
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

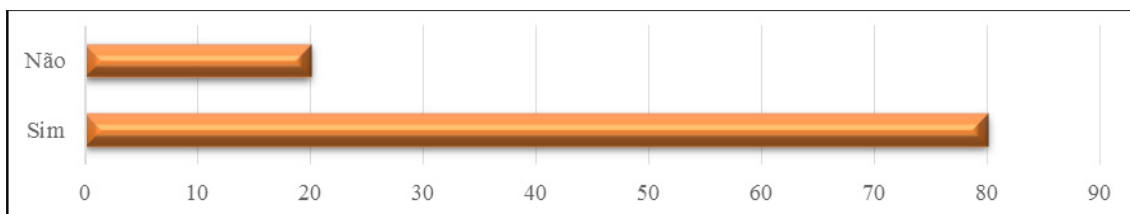


Figura 7: Contribui mensalmente para a associação (em valores percentuais)
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

Durante a pesquisa observou-se que a maioria dos entrevistados, cerca de 60,0%, se associaram vislumbrando uma oportunidade de aumentarem suas rendas, visto que através do trabalho mútuo poderiam aprender novas técnicas de produção que pudessem agregar valor ao produto final de sua atividade, mediante cursos que porventura a associação viesse promover; 30,0% dos associados filiaram-se por acreditar que a associação é um bom negócio, e 10,0% acreditam que somente através da associação é possível melhorar a produção, pois atuando de forma isolada as dificuldades em adquirir insumos para produção e dentre outras são bem maiores.

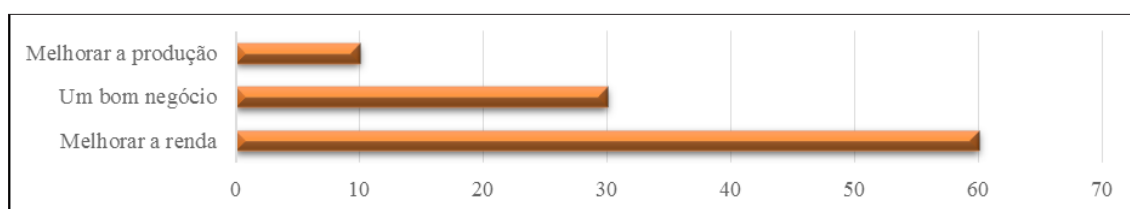


Figura 8: Motivos que levaram a associar-se (em valores percentuais)
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

Como pode ser observado no gráfico 9, a maior dificuldade para aumentar e diversificar a produção de pescado na Associação de Pescadores do Serrote do Urubu, para 30,0% dos entrevistados é a falta de centro de beneficiamento e processamento, de acordo com a diretoria da associação a baixa produtividade e um portfólio não diversificado (só produzem tilápias), bem como o fato de atuar de forma isolada e não em rede com outras associações pesqueiras da região inviabiliza o investimento num centro de beneficiamento e processamento; outros 30,0% dos associados não possuem documentação (comprovante de renda, residência, dentre outros) o que termina por dificultar acesso às linhas de crédito para captar recursos para que possam investir na atividade; 40,0% ale-

ga que baixa produtividade deve-se ao fato de muitos associados se dedicarem a outras atividades e não exclusivamente à piscicultura, a falta de cursos de qualificação voltados para atividade; acredita que o fato de ser apenas uma associação e não uma cooperativa dificulta o aumento de produção, visto que a produção destina-se ao consumo próprio, e à comercialização de forma clandestina em feiras livres, restaurantes e hotéis sem nota fiscal, a falta de fiscalização contribui para corroborar com esta prática. Através de uma cooperativa, desde que haja aumento e diversificação da produção, de acordo com alguns entrevistados pois será possível a comercialização do pescado em novos mercados e para rede de atacadistas e varejo; a falta de interesses e de recursos também se constitui num entrave no desenvolvimento das atividades da associação.

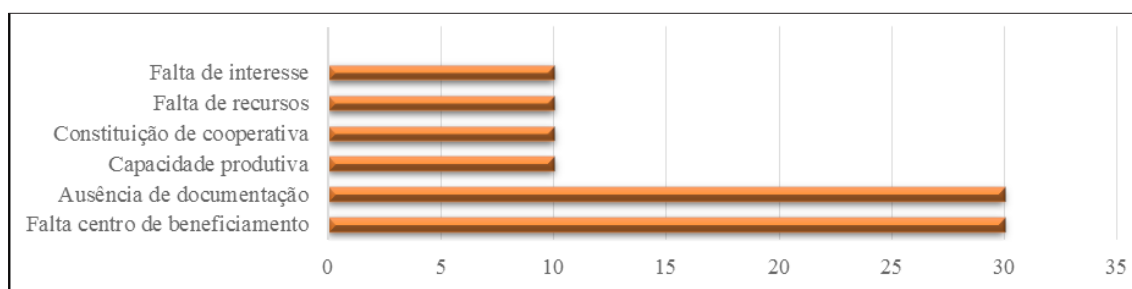


Figura 9: Barreiras à diversificação/aumento da produção (em valores percentuais)
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016)

Como pode ser visto através gráfico 10, durante o presente trabalho constatou-se que 28,0% dos entrevistados acreditam que a associação poderá melhorar sua atuação a partir da constituição de uma sociedade cooperativa, do aumento (aquisição de novos tanques rede) e da diversificação da produção; 22,0% acredita que uma gestão qualificada profissional capaz de negociar de forma eficiente e promover cursos e palestras que vissem qualificar seus associados para melhor desempenhar suas atividades; 14,0% que a associação poderia melhorar sua atuação se conseguisse melhor o preço dos insumos junto aos fornecedores; outros 14,0% dos entrevistados acreditam que a construção de um centro de beneficiamento e processamento poderá melhorar a atuação da associação; e 22,0% restantes atribuem essa melhora ao fato de poder acessar às linhas de crédito tradicionais ofertadas pelas instituições financeiras.

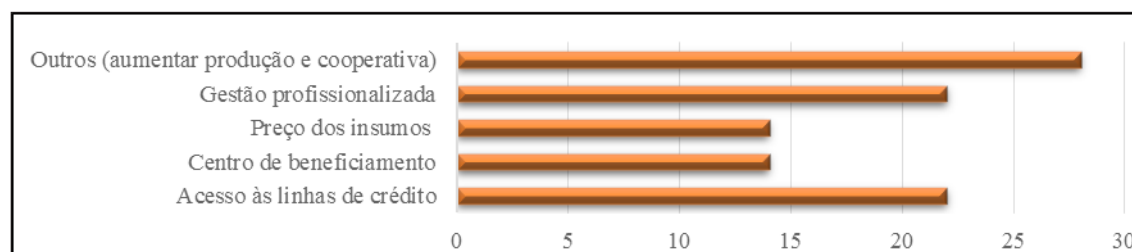


Figura 10: O que é necessário para melhorar atuação da associação?
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

Analisando-se o gráfico 10, para a maioria dos entrevistados (50,0%) a burocracia exigida pelas instituições financeiras e o receio de se tornarem inadimplentes, os deses-

timulam a contrair qualquer tipo empréstimo ou financiamento; 30,0% atribuem à falta de projeto de viabilidade econômico-financeira; e 10,0% associa à falta de apoio de institucional, sobretudo da prefeitura, para que possa vir atuar como intermediador junto às instituições financeiras.

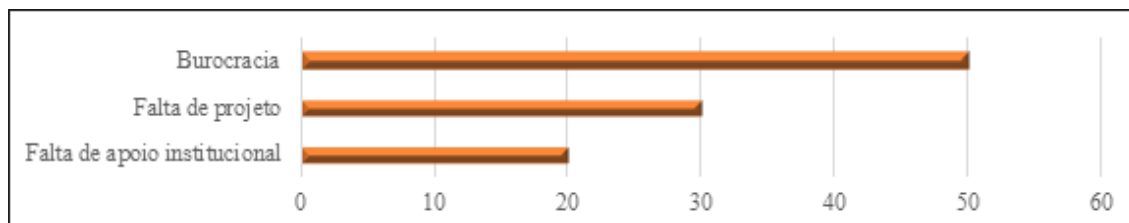


Figura 11: Dificuldade de acesso às linhas de crédito (em valores percentuais)
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

Durante a pesquisa pode-se constatar, como demonstrado no gráfico 11, que a maioria dos entrevistados, cerca de 82,0%, não dispõe de assistência técnica, faz uso dos conhecimentos adquiridos com a prática diária da atividade; 9,0% tem assistência do IPA², que orientam os criadores na compra de peixes que melhor se adaptam à criação em cativeiro e na empregabilidade de novas tecnologias para produção; e outros 9,0% é assistido pela Embrapa Semiárido³, que auxilia os criadores mediante elaboração de estudos e pesquisas direcionadas à produção de alevinos e novas formas de manejo.

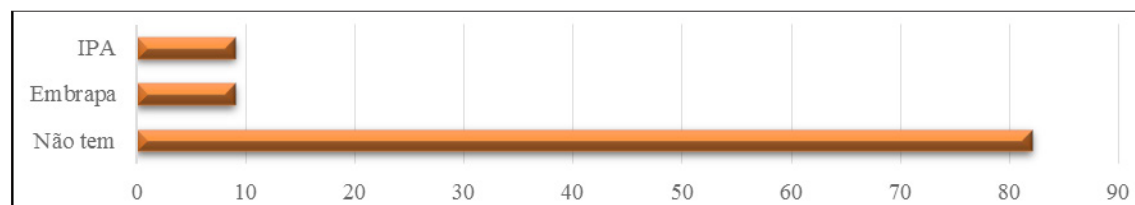


Figura 12: Quanto à assistência técnica governamental
Nota: Pesquisa de campo. Elaborado pelo próprio autor (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa pode-se observar que as dificuldades com as quais se depara a Associação de Pescadores do Serrote do Urubu no município de Petrolina – PE, são inerentes a maioria dos empreendimentos solidários. Cabe à gestão da associação superar tais dificuldades, elencadas ao longo deste trabalho, para que não venha inviabilizar suas atividades.

A baixa qualificação de seus associados é um entrave importante que requer atenção, pois a melhoria do nível de instrução facilitará o apoio do poder público, propiciando melhores oportunidades, além de propiciar desenvolvimento de habilidades de comunicação eficientes para lidar com assuntos relativos à gestão do empreendimento.

O fato de atuar de forma isolada e não em redes de solidariedade com outros empreendimentos dificultam a troca de experiências; a necessidades de parcerias capazes

de promover, facilitar e assessorar a gestão da associação a fim de torna-la sustentável, gerando bem estar aos seus associados.

A falta de apoio institucional é visto também como um entrave, pois dificulta a criação de um projeto de ampliação. Isto se faz mediante parcerias com prefeitura, universidades e instituições de fomento à pesquisa a fim de elaborar um projeto de implantação com análise financeira e econômica para captação de recursos junto às instituições financeiras.

Ademais, uma alternativa viável seria engajar toda a sociedade na construção e apoio desses empreendimentos, a iniciar pela entrada de instituições sólidas de ensino, como a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e a Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE), por meio de incubadoras ou iniciação científica. O objetivo é desenhar um projeto sustentável quanto a parte burocrática, fiscal, e legal, e acompanhá-los nas fases iniciais de engenharia, produção, comercialização, marketing, recursos humanos, finanças, etc.

Notas

- 1 PIB em mil reais
- 2 Instituto Agrônômico de Pernambuco
- 3 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Semiárido

Referências

- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *Economia solidária em Pernambuco. Alternativa de emancipação frente ao desemprego e à exclusão social?* 1.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.
- FILHO, Genauto Carvalho de França. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *BAHIA análise & dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 315p.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. *Economia Solidária Volume*, p. 4, 2002.
- LIMA, Maria Isabel Rodrigues. *Economia solidária e vínculos*. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.
- LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de administração de empresas*, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.
- ORTEGA, Antônio César; FILHO, Niemeyer Almeida. *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea, 2007. 303p.
- PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- RIBEIRO, Kleber Ávila. Economia solidária, uma alternativa à geração de trabalho e renda em território semiárido: dificuldades e perspectivas. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, ano 22, n. 46, p. 54-72, jan./jun. 2016.
- RODRIGUES, Auro de Jesus. *Metodologia científica*. São Paulo: Avercamp, 2006. 222p.

- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. *O Brasil na crise: perigos e oportunidades*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003. 320p.

* Recebido em: 13.05.2017. Aprovado em: 22.05.2017.

KLEBER ÁVILA RIBEIRO

Economista, especialista em Docência do Ensino Superior, MBA em Gestão de Cooperativas, mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Salvador – UCSal. Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia – Uneb. *E-mail*: ribeirokleber68@gmail.com

LUIS HENRIQUE FELIPE SANTOS DE OLIVEIRA

Graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE. *E-mail*: luishenriquefelipe@hotmail.com